



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

**Ata da Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Em 21 de maio de 2021, às 10h, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob a presidência da Exmo. Desembargador Alvaro Alves Nôga; a Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo e a Exma. Juíza do Trabalho aposentada Vanda Ferreira da Cruz; e os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Daniela Louise da Serra Ogata, Debora Forlin Granja, Dulcinéia Lima de Jesus Figueiredo, Elaine Caire, Filipe Gioielli Mafalda, Gilda Garcia, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Jorge Costa Silva, José Américo Zampar Júnior, José Ericleidson da Silva, Jose Marcos Alves (representando a Seção de Implantação de Curso On-Line), José Renato das Graças Amaral, Katia Regina Cezar, Leandro Totti Feijoo (representando a Seção de Implantação de Curso On-Line), Lucas Macário Oliveira de Queiroz, Luís Carlos de Paula Reseck, Marcus Vinícius da Silva Batista, Rodrigo Lopes Nabarreto, Ronaldo Prado Amorosino e Thaísa Carla Santos do Nascimento. Presentes, ainda, os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thais Tie Myasaki, Thays Martinez e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

Ausentes, justificadamente, a Exma. Juíza Regina Celi Vieira Ferro e o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior; e os servidores: Aline Maria de Castro Silva Rossi, Daniela Ferrari Kovács, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Eliana Maiellaro, Gabriel Pio de Paula, Ludmilla Cavarzere de Oliveira, Luiz Felipe Furtado Fernandes, Narjara Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira, Vanessa Spadotto Alves e Vera Lucia de Oliveira Aguiar.

O Exmo. Presidente abriu a reunião fazendo referência ao evento “Inclusão da Pessoa com deficiência no Poder Judiciário”, realizado virtualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, no último dia 19 de maio, e destacou que, conforme abordagens dos palestrantes em referido evento, podemos perceber que ainda temos grandes desafios na busca por uma sociedade mais inclusiva, em especial no que se refere à avaliação biopsicossocial da deficiência.

Em seguida, deu as boas-vindas aos novos membros desta Comissão, Sr. Lucas Macário Oliveira de Queiroz (Seção de Orientação aos Usuários Internos de 2º Grau) e Filipe Gioielli Mafalda (Seção de Processos e Projetos), aos quais passou a palavra para uma breve apresentação. Em suas falas, ambos agradeceram o convite para integrar a Comissão e reafirmaram a disponibilidade em contribuir no que for possível para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Na sequência, o Exmo. Presidente passou a palavra ao Sr. Luiz Fernando Pereira para falar sobre o primeiro item da pauta, qual seja: “1. Memorando nº 13/2021 – ACESSIB - Solicita a atualização da Portaria de composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão”. O Sr. Luiz informou que provavelmente na próxima semana será publicada a portaria com a atualização da

composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Passou-se ao próximo item da pauta, qual seja: “2. Palestra: ‘O emprego apoiado como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência intelectual e/ou no espectro autista’”, ministrada por Victor Martinez, Supervisor do Serviço de Inclusão Profissional e Longevidade do Instituto Jô Clemente (antiga APAE SP), no último dia 6 de maio. A Sra. Thais Myasaki destacou que precisamos melhorar a acessibilidade comunicacional, relatando que as legendas disponibilizadas na referida palestra foram insuficientes em razão da baixa qualidade das transcrições. Lembrou que na reunião da Comissão realizada em 19 de junho de 2020, o assunto já havia sido abordado, tratando-se da relevância de se disponibilizar legendas com qualidade para atender, em especial, as pessoas surdas oralizadas. Na época, identificou-se uma ferramenta que viabiliza a transcrição das falas em texto escrito com qualidade suficiente e com custo anual aproximado de 240 dólares, valor que parece baixo em vista do retorno de acessibilidade e inclusão que propicia. Esclareceu, também, que as legendas são uma ferramenta necessária, não somente para os eventos da Acessibilidade, mas para todos os eventos, cursos e transmissões, inclusive para as audiências.

A Sra. Katia Cezar pediu a palavra para informar que no curso que está ministrando a respeito dos direitos das pessoas com deficiência também está com o mesmo problema de legendas com qualidade insuficiente, o que não permite o efetivo acesso das pessoas com deficiência auditiva ao conteúdo.

O Sr. Ronaldo Amorosino, servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, informou que a Presidência do TRT2 encaminhou à Coordenação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, em 27 de maio de 2020, o Memorando nº 13/2020 – ACESSIB, da Seção de Acessibilidade e Inclusão, a respeito da aquisição de ferramenta de produção de legendas automáticas.

Contudo, em razão das peculiares circunstâncias decorrentes da pandemia de Covid-19, houve redução do número de reuniões do Comitê, o que acarretou em estagnação das providências administrativas demandadas.

O Exmo. Presidente da Comissão reforçou a relevância do tema e das providências mencionadas e determinou a formação de grupo de trabalho específico para cuidar do assunto. O grupo restou constituído pelas seguintes pessoas: Dr. Alvaro Alves Nôga, Claudia Dantas de Almeida Moniak, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Leandro Totti Feijoo, Luiz Fernando P. Pereira, Ronaldo Prado Amorosino e Thais Tie Myasaki.

O Presidente passou então ao item “3. Palestra: Dimensões da Acessibilidade e sua importância para a inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão”, com o Prof. Dr. Romeu Kazumi Sassaki, a realizar-se no próximo dia 17 de junho. Reforçou o pedido para que todos e todas participem deste evento e convidem outras pessoas.

O Sr. Ivo Ramalho informou que as inscrições já estão abertas e reforçou a importância de se orientar os servidores anteriormente indicados pelas áreas a realizarem a inscrição diretamente na página do evento. Também, informou sobre a necessidade de indicação de autoridade para fazer a abertura do evento.

A Sra. Katia Cezar pediu a palavra para ressaltar a importância de que as legendas com qualidade fossem providenciadas já para essa palestra do dia 17 de junho.

O Presidente seguiu, então, para o item “4. Projeto de Acessibilidade Física e Arquitetônica. Andamento Cronograma”. Com a palavra, a Sra. Elaine Caire informou que houve decisão de manter o contrato para viabilizar a reforma do Fórum Ruy Barbosa, apesar do grande atraso; chegou-se à conclusão de que a rescisão contratual seria mais prejudicial aos interesses do Tribunal. Esclareceu que a contratada entregou o projeto de reformas em 23 de abril de 2021, e que os setores responsáveis já estão trabalhando em sua execução. Com relação ao cronograma, inicialmente definido pela Comissão, informou que ainda é possível cumpri-lo, mesmo com o atraso de um ano na entrega da etapa inicial do projeto.

Em relação ao prédio do Fórum de Guarujá, a Sra. Elaine disse que está em fase de planejamento e com previsão de abertura do processo de licitação. Esclareceu que a execução relativa ao prédio de Santos sofreu adequação, vez que passará por um retrofit, sendo recomendado, portanto, que o projeto de acessibilidade fosse incluído nesse projeto mais amplo, ficando, então, a sua execução para o ano de 2022.

O Sr. Luís Reseck pediu a palavra para complementar que a previsão é de atendimento ao cronograma inicial, concluindo-se a execução das obras dos prédios do grupo 1 até o fim do primeiro semestre de 2022. E que, para os prédios do segundo grupo, o projeto já está em fase de licitação e que no final do presente ano deverá ter início o andamento da documentação necessária para o projeto. Disse, ainda, que considera importante destacar o fato de que houve aumentos significativos nos valores, havendo casos em que a diferença entre o valor efetivo e o previsto inicialmente mais do que dobrou. Lembrou que, com as determinações trazidas pela [Emenda Constitucional nº 95](#), temos limitações orçamentárias significativas.

A Sra. Elaine Caire e o Sr. Luis Reseck informaram que, por ora, não há necessidade de atualizar o cronograma do Projeto de Acessibilidade Física e Arquitetônica. Todavia, deliberou-se pela formação do seguinte grupo de trabalho, para atuar em eventual necessidade de atualização: Elaine Caire, Luis Carlos de Paula Reseck, Filipe Gioielli Mafalda e Thais Tie Myasaki.

Não havendo nenhum outro assunto pendente, o Presidente agradeceu a presença de todas e todos e deu por encerrada a reunião.

Alvaro Alves Nôga  
Desembargador Presidente da  
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão